

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANA CAROLINA PAIXÃO DA SILVA

**MULHERES E ELEIÇÕES NO MATO GROSSO DO SUL: CANDIDATURAS
FEMININAS NAS ELEIÇÕES DE 2022**

Campo Grande

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANA CAROLINA PAIXÃO DA SILVA

**MULHERES E ELEIÇÕES NO MATO GROSSO DO SUL: CANDIDATURAS
FEMININAS NAS ELEIÇÕES DE 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como pré-requisito para a
conclusão do Curso de Ciências Sociais,
sob orientação do prof. Daniel Estevão
Ramos de Miranda.

Campo Grande

2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador **Daniel** que foi meu maior incentivador

A minha mãe **Renata** que sempre me colocou a frente de tudo e me deu coragem

Ao meu pai **Júnior** que foi quem colocou a política no meu coração

A minha filha **Liz** que foi o combustível e o amor que não me deixaram desistir

Ao meu amor **Luís** que aguentou o processo ao meu lado e sempre foi meu porto seguro

Aos meus sogros **Denise e Nivaldo** que sempre me apoiaram

Aos meus companheiros de graduação **Andreyna, Thaisa e Vitor**, sem vocês eu não
chegaria aqui

A minha família e amigos que amo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as trajetórias de mulheres candidatas aos cargos de deputada federal e estadual de Mato Grosso do Sul, nas eleições de 2022. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com essas mulheres, a fim de entender suas histórias dentro da política e também as dificuldades encontradas dentro da política partidária. A partir dessas entrevistas, foi analisado como o problema do financiamento político dentro dos partidos é um dos principais obstáculos encontrados dentro das candidaturas das mulheres em geral, assim como a falta de tempo devido às atividades cotidianas das mulheres e falta de apoio até mesmo dentro do partido político. Conclui-se então, que apesar de existirem cotas e políticas públicas criadas para minimizar as dificuldades de mulheres conseguirem ser eleitas, essas ainda precisam ser aprimoradas, para que a presença dessas mulheres seja cada vez mais respeitada e legitimada dentro da política brasileira.

Palavras-chave: política; mulheres; financiamento político; cotas; desigualdade.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata sobre a relação entre mulheres e a política partidária no estado do Mato Grosso do Sul nas eleições de 2022. O tema foi abordado após uma análise de candidatas mulheres das eleições de 2022 para os cargos de deputada federal e deputada estadual, que compartilharam as dificuldades enfrentadas para levar adiante suas candidaturas e para serem eleitas.

Desde a década de 1990 em diante, a Justiça Eleitoral vem fazendo um esforço para ampliar a diversidade da representação política no Brasil. Um dos principais mecanismos foram as cotas para mulheres e, mais recentemente, para pessoas pretas e pardas. Outro mecanismo mais recente foi a reserva de recursos financeiros do Fundo de Financiamento para campanhas eleitorais para minorias (mulheres e pessoas pretas e pardas).

Contudo, a existência de candidaturas laranjas e outros meios usados por partidos para burlar a legislação põe em evidência a necessidade de analisar as candidaturas desses grupos.

A partir desse contexto, essa pesquisa tem por foco entrevistar pessoas representantes de minorias, mais especificamente mulheres, que se candidataram a algum cargo nas eleições de 2022 no Mato Grosso do Sul a fim de compreender, a partir de suas experiências, as dificuldades vivenciadas dentro e fora dos partidos políticos.

Temos como objetivo nessa pesquisa analisar os fatores que afetam a viabilidade de candidaturas de mulheres nas últimas eleições, compreendendo o funcionamento do financiamento partidário e as diferenças na distribuição desse financiamento para homens e mulheres. Procuramos entender essas questões a partir das percepções e experiências das mulheres dentro dos partidos políticos.

Com relação à pesquisa e às entrevistas semiestruturadas com mulheres que foram candidatas nas eleições de 2022 no Mato Grosso do Sul, as questões centrais nas entrevistas foram a trajetória pessoal e política até a decisão de candidatar pela primeira vez a um cargo eletivo; suas motivações pessoais, seus valores, bandeiras e ideologia; quais foram as dificuldades no processo de confirmação da candidatura dentro do partido e os obstáculos enfrentados nesse processo. Também tratamos da relação dessas candidatas com o eleitorado, as principais estratégias usadas durante a campanha e quais são seus projetos futuros dentro da política.

Para enriquecer a discussão, apresentamos também alguns dados sobre as candidaturas femininas no Mato Grosso do Sul. Os dados foram extraídos de outras publicações dedicadas ao tema.

MULHERES NA POLÍTICA: RETRATOS DA DESIGUALDADE NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Dentro da política, o tema da equidade de gênero trata de uma questão de alta importância na sociedade e muito discutida dentro e fora do Poder Legislativo, dada a persistente desigualdade de gênero nos legislativos do país. Em estudo patrocinado pela Procuradoria Especial da Mulher, em parceria com a equipe do DataSenado e a consultoria do Senado, foi avaliada a participação e ausência de gênero dentro das disputas de cargos majoritários e proporcionais no Brasil dos anos de 1998 e 2014, e contou também com informações sobre o pleito eleitoral de 2016. Na data do estudo, haviam 127 dos 947 cargos eletivos disponíveis são ocupados por mulheres, um número muito baixo, que equivale a apenas 13%.

Dentro de um contexto histórico, a Nova Zelândia foi o primeiro país a conceder o direito ao voto às mulheres, no ano de 1893. Mais de trinta anos depois isso ocorreu no Brasil, assim explicando grande parte do déficit democrático de gênero existente no país até os dias de hoje. O Brasil se encontra na segunda posição no ranking dos países com menor número de mulheres em cargos de ministra, dentre os 27 países da América. Assim, as mulheres no Brasil, ocupam menos de 10% dos cargos de primeiro escalão do poder Executivo.

Pensando nesse cenário, é importante saber que o Brasil tem mais de 50% dos eleitores sendo mulheres, e ainda assim, esse fato não reflete no quantitativo de mulheres eleitas no país. A partir dessa problemática, em 1996 o Congresso instituiu o sistema de cotas na legislação eleitoral, sendo um sistema que obrigava os partidos a inscreverem pelo menos 20% de mulheres nas chapas. No ano seguinte, esse número foi para 30%, que é a porcentagem vigente até hoje. A Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, no Artigo 10º, parágrafo 3º, fixou pela primeira vez na história do Brasil um mecanismo de estímulo à participação feminina, a cota por sexo:

Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo (Brasil, 1997).

Ainda dentro de um contexto histórico, as mulheres nunca ocuparam um cargo efetivo na mesa diretora da Câmara ou do Senado até 2011. Isto é, após 190 anos de funcionamento do parlamento brasileiro. Segundo dados da ONU, se o Brasil manter o ritmo atual de crescimento por gênero dentro da política, sendo ele de 1 a 2%, o país só atingirá a paridade de gênero somente daqui a 400 anos.

As diferenças de gênero não se encontram apenas no âmbito da política, mas também na esfera trabalhista, tendo em vista que uma trabalhadora brasileira recebe, em média 71,3% do que um homem recebe exercendo o mesmo trabalho, assim como uma mulher com curso superior tem salário em média 40% inferior ao de um homem ocupando a mesma função.

Com todas essas limitações sofridas pelas mulheres dentro da política partidária, é interessante saber que há uma presença maciça de mulheres que estão à frente de organizações não governamentais (ONGs) e do trabalho voluntário no país, de forma que as mulheres são a maioria absoluta entre os voluntários, totalizando 53%, segundo dados do Portal Voluntário.

Há muitas barreiras à entrada e ao sucesso das mulheres na política. Um primeiro é o cultural. A pesquisa de Álvares (2008) cita que muitas mulheres podem se recusar a concorrer a cargos público por causa dos valores tradicionais associados ao papel da mulher no lar e na família. Além disso, há a percepção de que a política é um ambiente hostil e masculinizado, afastando e desestimulando as mulheres da participação nessa esfera. A menor representação feminina na política também é um fator que desestimula as mulheres a atuar na política, buscando outras formas de influenciar a sociedade.

Analisando o espaço que as mulheres têm no interior dos partidos brasileiros, Barbosa (2015) descreve a presença de mulheres nas comissões executivas estaduais dos principais partidos políticos do Brasil. Algumas de suas principais conclusões foram no sentido de mostrar que a participação das mulheres é significativamente menor do que a de homens em todos os partidos e cargos analisados, inclusive ou principalmente os cargos de presidente e vice-presidente. Em geral, o artigo de Barbosa (2015) mostra que há uma sub-representação das mulheres nas lideranças dos principais partidos políticos do Brasil, o que ajuda a explicar seu menor sucesso eleitoral.

Analisando a política de cotas nas eleições brasileiras, que é uma das principais medidas para combater a desigualdade de gênero na política brasileiro, Bohn (2009)

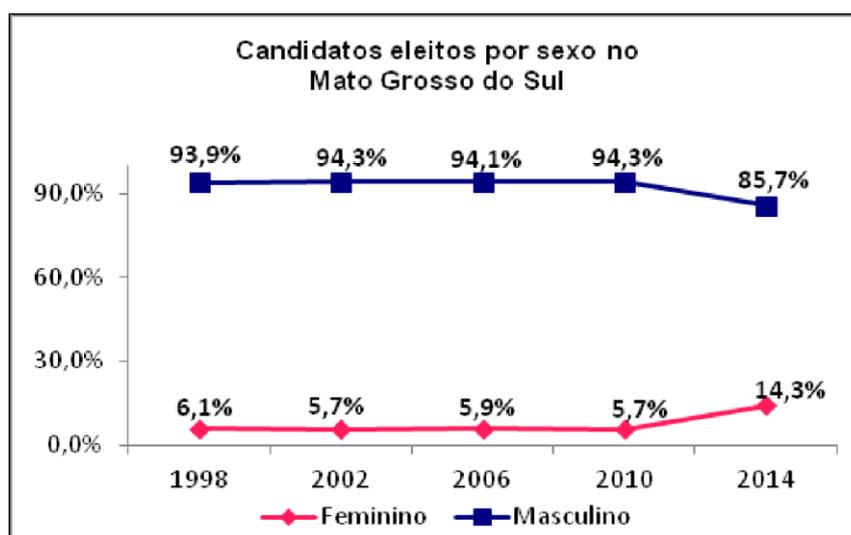
constatou que a política de cotas no Brasil, em comparação com outros países, não foi tão bem-sucedida por vários fatores, entre eles o sistema eleitoral proporcional de lista aberta e, inicialmente, a não-obrigatoriedade do preenchimento das cotas. Embora elas tenham se tornado obrigatórias na década de 2010, as seguidas anistias aprovadas pelo Congresso Nacional aos partidos enfraquece a política de cotas. Um avanço nesse sentido foi a alocação obrigatória de recursos de campanha, mas as desigualdades internas e o baixo número de mulheres que se apresentam à competição eleitoral, inclusive pelos fatores culturais acima indicados, também são importantes fatores na explicação da baixa taxa de sucesso da política de cotas no Brasil.

DADOS GERAIS SOBRE MULHERES E ELEIÇÕES

Os dados abaixo foram retirados do estudo promovido pelo Senado Federal (2016). Tal estudo apresenta um retrato das desigualdades de gênero nas eleições brasileiras por estado da federação. Foram selecionadas apenas os gráficos referentes ao Mato Grosso do Sul.

O primeiro gráfico indica a diferença entre eleitos (homens) e eleitas (mulheres) entre 1998 e 2014 no Mato Grosso do Sul, apenas para as eleições gerais.

Gráfico 1



Fonte: Senado Federal (2016)

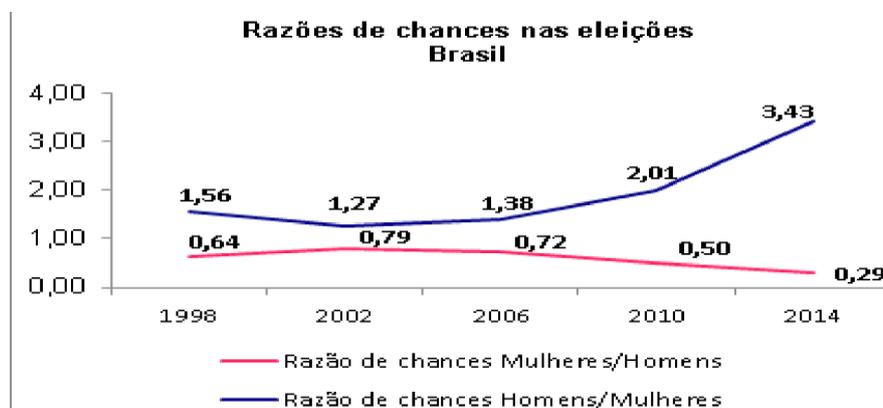
Embora a desigualdade tenha diminuído em 2014, a diferença ainda ficou imensa. Tais diferenças foram calculadas, no mesmo estudo patrocinado pelo Senado, a partir do cálculo das razões de chance de sucesso eleitoral para homens e mulheres.

O teste de razões de chances compara diretamente o efeito da presença de determinada característica em certo grupo sobre a probabilidade de se obter certo resultado contra o efeito da ausência desse mesmo efeito. Se a razão de chance for maior que 1, entende-se que a presença da característica aumenta a probabilidade de se observar certo resultado. Se for menor que um, ela diminui a mesma probabilidade.

No caso abaixo, basicamente calculou-se a seguinte razão de chances: ser homem aumenta a probabilidade de ser eleito? Basicamente, toma-se a quantidade candidatos (homens) eleitos e divide-se pelo total de candidatos homens. Por exemplo: se 100 homens se candidatam e 25 deles são eleitos, então a relação é de 25 eleitos para cada 100 homens ou 1:4. Se na mesma eleição a cada 100 mulheres apenas 5 se elegem, então a relação é de 5:100 = 1:20. A razão de chances (para homens) é então $(1/4)/(1/20) = 5$. Ou seja, homens tem 5 vezes mais chances de serem eleitos do que mulheres. Inversamente: $(1/20)/(1/4) = 0,2$ – a chance de uma mulher ser eleita é de apenas 20% a chance de um homem ser eleito. Trata-se da mesma relação, vista de outra perspectiva.

Assim, o Gráfico 2 abaixo indica crescimento das chances de homens serem eleitos, ou, inversamente, uma diminuição das chances das mulheres serem eleitas (trata-se, é claro, do mesmo indicador espelhado na linha azul e rosa). São dados para o Brasil como um todo, indicando tendência de crescimento na desigualdade entre homens e mulheres do ponto de vista do sucesso eleitoral.

Gráfico 2



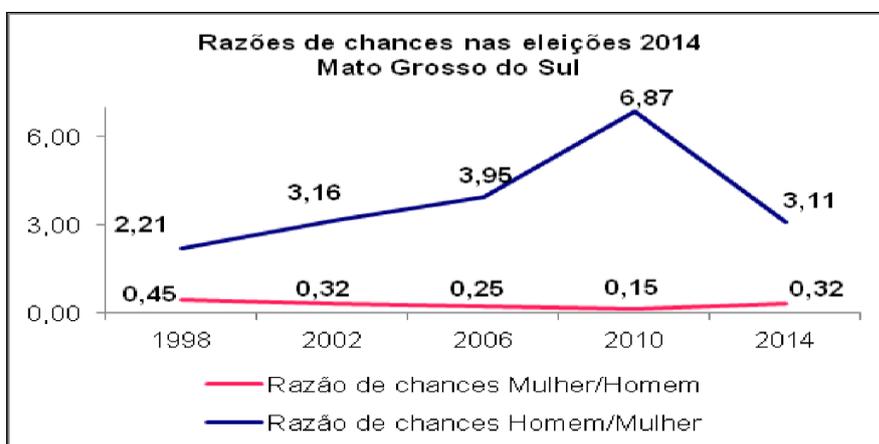
Fonte: Senado Federal (2016)

O gráfico 3, abaixo, calcula as razões de chances para as eleições em Mato Grosso do Sul, que mostrou tendência um pouco diferente da do Brasil: crescente até 2010, com queda significativa em 2014, algo que pode ser visto também no Gráfico 1, acima, que indica crescimento no número de mulheres eleitas nas eleições de 2014.

Contudo, é importante lembrar que as razões de chance são neutras do ponto de vista do tamanho das amostras. Assim, houve apenas 10 mulheres se candidatando e 5 delas foram eleitas, enquanto houve 50 candidatos homens e 10 deles foram eleitos, teríamos uma razão de chances muito mais favorável às mulheres nesse caso, embora o número de homens eleitos tenha sido o dobro em termos absolutos.

Logo, tal medida é importante, mas precisa sempre ser contextualizada e comparada a outros indicadores. A tabela 1, abaixo, revela outro lado dessa problemática, o impacto das cotas para gênero no Brasil. A fim de incentivar os partidos a serem mais paritários, a lei eleitoral passou a exigir que pelo menos 30% das candidaturas fossem preenchidas por um dos dois gêneros – masculino ou feminino. Na prática, a cota se tornou para as mulheres, pois em regra o número de homens candidatos é maior.

Gráfico 3



Fonte: Senado Federal (2016)

Sendo assim, nota-se que em todos os estados brasileiros o percentual de candidaturas femininas em 2024 foi na casa dos 30%. Mato Grosso do Sul aparece como o estado que apresentou o maior número proporcional de candidaturas femininas nessas eleições, mas a diferença entre o primeiro (MS) e o último estado (RJ) é de apenas $36,48 - 34,29 = 2,19\%$. Ou seja, a diferença é tão insignificante que o MS nem pode comemorar.

Tabela 1: Percentual de candidaturas de mulheres (2024)

UF	Candidatas Mulheres	Total de Candidatos	% candidatas mulheres
MS	2.516	6.897	36,48
RS	9.678	26.576	36,42
MT	3.771	10.358	36,41
MA	5.656	15.543	36,39
TO	2.375	6.527	36,39
AP	539	1.486	36,27
RR	456	1.258	36,25
SC	6.486	17.931	36,17
AC	789	2.183	36,14
CE	4.413	12.222	36,11
GO	6.711	18.668	35,95
PA	6.140	17.133	35,84
SE	1.845	5.148	35,84
RN	2.461	6.900	35,67
PE	5.289	14.999	35,26
PR	11.176	31.692	35,26
PI	2.810	7.977	35,23
AM	2.707	7.691	35,20
RO	1.595	4.531	35,20
BA	11.549	32.878	35,13
SP	26.002	74.044	35,12
PB	3.208	9.163	35,01
ES	3.238	9.291	34,85
MG	23.915	68.724	34,80
AL	1.840	5.310	34,65
RJ	5.765	16.811	34,29

Fonte: ONMP (2024)

Como as eleições de 2024 foram municipais, o mesmo estudo do Observatório Nacional das Mulheres na Política (ONMP), vinculado à Câmara de Deputados Federais, levantou em quantos municípios a cota de gênero foi respeitada. Agora, o Mato Grosso do Sul fica mais próximo do terço final da lista, entre os estados com maior número de municípios que não cumpriram a cota.

Tabela 2: Quantidade de municípios em que todos os partidos políticos cumpriram a cota de gênero e em que ao menos um partido a descumpriu

UF	Nº de municípios onde ao menos um partido descumpriu a cota de gênero	Nº de municípios onde todos os partidos cumpriram a cota de gênero	% de municípios onde todos os partidos cumpriram a cota de gênero
PI	9	215	95,98
RS	29	468	94,16
AL	6	96	94,12
PB	17	206	92,38
RN	14	153	91,62
TO	13	126	90,65
RO	5	47	90,38
CE	22	162	88,04
PE	22	162	88,04
SE	9	66	88,00
SC	36	259	87,80
AP	2	14	87,50
MT	18	124	87,32
MG	114	739	86,64
GO	33	213	86,59
MS	13	66	83,54
BA	72	345	82,73
PA	25	119	82,64
PR	75	324	81,20
MA	42	175	80,65
SP	125	520	80,62
ES	16	62	79,49
AC	5	17	77,27
RR	4	11	73,33
RJ	27	65	70,65
AM	19	43	69,35

Fonte: ONMP (2024)

Diante desse cenário de desigualdades persistentes, esta pesquisa se propôs também a conversar com candidatas que disputaram as eleições de 2022 em Mato Grosso do Sul, cujo resumo se encontra na próxima seção.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Com o objetivo de conhecer melhor as opiniões e percepções das mulheres sobre a disputa eleitoral, realizou-se entrevistas com pessoas que foram candidatas às eleições gerais de 2022 pertencentes a determinadas minorias – de gênero, orientação sexual e étnico-racial.

Nesta seção, apresenta-se as percepções de quatro mulheres candidatas ao legislativo federal ou estadual em 2022. O critério de seleção dessas mulheres foi, além do gênero, a disponibilidade para atender à equipe de pesquisa.

Entrevistada 1

A primeira candidata entrevistada tem sua biografia vinculada à segurança pública em Mato Grosso do Sul, tendo atuado por muito tempo no setor de Polícia Comunitária da SEJUSP (Secretaria de Justiça e Segurança Pública) de MS, embora tenha começado sua carreira trabalhando com policiamento ostensivo.

Seu interesse pela política foi despertado principalmente pela natureza comunitária da estratégia de segurança pública para a qual começou a trabalhar, tendo mais contato direto e permanente com a população. Inclusive porque esse tipo de policiamento visa justamente aproximar o policial da sociedade, trabalhando a prevenção. O governo estadual de MS inclusive desenvolveu um Manual de Policiamento Comunitário, visando aperfeiçoar tal tipo de intervenção¹.

A Entrevistada 1 trabalhou ativamente na organização dos Conselhos Comunitários de Segurança por todo estado de MS. A função de tais conselhos é o de envolver ativamente a população na discussão e monitoramento das políticas de segurança pública em certa região, que pode ser desde um bairro até uma região ou mesmo um município. Entre as atividades que desenvolveu nesse período, está também as relacionadas à prevenção às drogas e à violência, atuando nos bairros de Campo Grande bem como pelo interior do estado de MS também.

Nesses seus diversos trabalhos, a Entrevista 1 informa que as pessoas passaram a estimulá-la a entrar para a política partidária por considerarem-na uma pessoa muito agregadora. Mas, embora tais estímulos e experiências tenham despertado nela a intenção

¹ Cf o manual em <https://www.policiacomunitaria.ms.gov.br/legislacao/manual-de-policiamento-comunitario/>

de atuar na vida político-partidária, quando era militar da ativa não podia fazer militância, nem atuar sindicalmente pelas restrições legais impostas pela profissão.

Além disso, por estar na ativa, suas responsabilidades profissionais diminuía também o tempo disponível para se dedicar à política, mesmo que pudesse fazê-lo. Por ser mulher, menciona também o peso das responsabilidades domésticas na gestão do seu tempo.

Paralelamente à sua atuação profissional nos conselhos de segurança, exerceu também cargo na Associação dos Policiais Militares, atuando na promoção dos direitos das mulheres na profissão. Compôs, inclusive, a chapa da que elegeu a primeira presidente da ASPRA (Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar) de MS.

Diante desse conjunto de atividades, foi convidada para disputar as eleições de 2018 como deputada estadual. Apesar do convite, a Entrevistada 1 informa que não contou com nenhuma capacitação ou formação específica por parte do partido. Além disso, teve algumas divergências ideológicas no partido, mas nada mais grave.

Tanto em sua primeira experiência, em 2018, quanto sua segunda eleição (2020), como candidata a vereadora e filiada a outro partido, o problema da carência de estrutura partidária foi o mesmo. Nas eleições de 2020, menciona que contou com poucos adesivos personalizados e somente no final da campanha disponibilizaram um carro, mas o combustível era por sua conta.

Outra característica comum das campanhas eleitorais das quais participou foi o peso das lideranças tradicionais ou hereditárias dentro dos partidos. O presidente do partido e/ou diretório tem muito poder discricionário, podendo distribuir desigualmente a verba entre as candidatas, cumprindo o limite mínimo de 30% de recursos para as candidatas, mas de modo desigual. Cita o caso de candidata casada com um parlamentar, que recebeu bem mais recursos que as demais candidatas.

Diante de tal situação, procurou se colocar como candidata competitiva, e não apenas para cumprir a cota exigida pela lei. Ao declarar isso para uma liderança partidária, a Entrevista 1 lembra que seu interlocutor "*começou a rir*", mostrando a seriedade com que a liderança a recebeu.

Além do problema da distribuição interna dos recursos, sua execução foi muito difícil em suas campanhas, devido tanto às exigências da lei eleitoral quanto ao fato de o partido demorar para liberar os recursos. Inclusive menciona ter acionado o Ministério Público para receber recursos em uma de suas campanhas.

Entrevistada 2

A Entrevistada 2 é militante do movimento negro e despertou seu interesse pela política partidária a partir de exemplos representados pelas vitórias eleitorais de lideranças negras do MS na década de 1990, destacando-se as eleições de Ben-Hur Ferreira (primeiro deputado federal negro eleito em MS, no ano de 1998).

Apesar de ter começado sua militância político-partidária filiada ao PMDB, mas tal vínculo não permaneceu forte, pois ela estava muito à esquerda do projeto de governo do então prefeito André Puccinelli (1997-2002). Embora tenha se aproximado da política partidária, não se candidatou, nem militou mais intensamente, pois devido a questões de trabalho, ficou sem tempo e condições de se dedicar mais à política.

Apesar disso, atuou politicamente, mas de modo indireto, em parceria e apoio ao ex-deputado estadual Amarildo Cruz junto ao movimento negro, bem como também em relação ao prof. Jaime, ex-presidente da FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul) nas pautas da educação.

Finalmente, nas eleições de 2020, recebeu convite do deputado estadual Pedro Kemp para sair como candidata a vereadora pelo PT. Essa foi a sua primeira candidatura. Em 2022, recebeu novamente convite para disputar a eleição, mas agora para deputada estadual, novamente pelo PT.

Em sua primeira eleição, em 2020, recebeu poucos recursos financeiros para sua primeira campanha, mas credita tal situação ao fato de ser nova e pouco conhecida dentro do partido, além de não estar ligada a nenhuma das tendências internas do partido. Apesar disso, acentua como é difícil avaliar previamente o potencial de votos de cada candidato, pois na sua primeira disputa obteve mais votos do que outros/as candidatos que receberam mais dinheiro para campanha.

Embora haja cotas, para vagas e para distribuição de recursos, afirma que é “tudo muito nebuloso. Você recebe o valor, você não sabe o que é gênero, que que é racial”.

Nesse ponto, não há muita diferença entre esquerda e direita. O padrão de distribuição de vagas e de recursos é praticamente o mesmo.

Nas eleições de 2022, quando se lançou para o cargo de deputada estadual, recebeu mais recursos do que para sua campanha para vereadora, mas, mesmo assim, recebeu muito menos do que candidatos homens sem mandato. Há também o problema da autodeclaração racial fraudulenta. Defende que, talvez, a existência de heteroidentificação pudesse amenizar esse problema.

Outro problema importante apontado é o tempo de campanha mais curto, que dificulta a execução das despesas, prejudicando candidatos com menos experiências ou com menos estrutura. Então, o problema não é apenas o tamanho da receita em si, mas também a execução da despesa. Para piorar a situação, os recursos demoraram para ser disponibilizados, encurtando ainda mais o tempo para executá-las.

Quando enfrentou esse problema de demora na liberação de recursos, chegou a ameaçar retirar sua candidatura caso o partido não depositasse os valores prometidos para sua campanha. Somente então, houve a entrada de alguns recursos financeiros.

Lembra também que a candidatura do governo estadual pelo PT nas eleições de 2022 devolveu dinheiro ao final da campanha, dinheiro esse que poderia ter sido investido nas campanhas para os demais cargos. Logo, faltou planejamento por parte do partido.

Sintetizando sua opinião sobre o assunto e resumindo um dos aspectos fundamentais da lógica eleitoral, afirma: “Fundamental da estratégia é você ter recurso, não é? Infelizmente, acaba que, é isso.”

Dois outros pontos interessantes referem-se a questões ideológicas. Buscando investir em sua carreira política, fez formação política pelo RenovaBR, mesmo sob críticas de alguns de seus correligionários. Defende a existência de cursos de formação política geral, independentemente de partido. Outro ponto de sua campanha é que não enfrentou situações sérias de racismo ou misoginia em suas campanhas de rua, apenas certa resistência por ser do PT. Ou seja, divergências ideológicas.

Entrevistada 3

A entrevistada trabalhou em diversas atividades, sendo elas em maioria, braçais. Começou sua vida política como sindicalista na Santa Casa de São Paulo, na época da redemocratização.

Veio para a cidade de Campo Grande há mais de 30 anos, onde reside no bairro Moreninhas. A candidata trabalhou no serviço público em Mato Grosso do Sul, na área da saúde, onde se aposentou. É filiada ao PCdoB há mais de 30 anos e foi secretária sindical e atuou na setorial da juventude do partido, sendo uma experiência fundamental para formação de sua consciência política. A entrevistada é presidente da Unegro (União de Negras e Negros pela Igualdade) em Mato Grosso do Sul. Foi a mulher que se candidatou mais vezes pelo PCdoB no estado, mas encontrou muita dificuldade em suas campanhas por falta de financiamento. Apaixonada por justiça, é como ela se declara.

Entrevistada 4

A entrevistada diz que “nasceu” política pelo fato de ter nascido mulher, e relata uma forte ligação que possui com a mãe. Veio de uma condição de classe média. Tinha vontade de cursar Direito, tendo como motivação a vontade de “mudar as leis”, mas acabou cursando enfermagem e trabalhando 30 anos na Santa Casa e atuando como professora em curso técnico profissionalizante. Foi a partir da convivência com seus colegas profissionais, que percebeu que as conquistas da categoria só seriam feitas por meio da atuação política, por isso decidiu se candidatar no ano de 2014 em diante. A candidata se autodeclara negra. Para ela, não basta a ação no legislativo, mas é também necessário a construção de políticas públicas. Participou do COREN, mas não diretamente nos sindicatos de sua área, e ressalta o tamanho da categoria profissional e de suas organizações. Sempre atuou na causa da sua categoria, visando não só a enfermagem como também as mulheres, e por isso ressalta a importância das cotas dentro da política partidária.

Em sua primeira campanha, no ano de 2014, conta que se candidatou no “susto”, pois foi escolhida pelo partido para compor as candidaturas femininas, mas após se decepcionar com a campanha realizada, decidiu mudar de partido. Segundo ela, as mulheres são bem recebidas nos partidos, desde que fiquem na conta dos 30%, pois os partidos não dão estrutura adequada para essas candidaturas femininas. Ainda nesse contexto de diferenças de gênero, a entrevistada comenta que dentro da política, as mulheres são mais cobradas pelo que falam do que os homens.

É interessante entender que mesmo possuindo apoio familiar e de pessoas próximas, ainda assim o mais importante é o apoio partidário, principalmente o

financeiro. Diante disso, um grande desafio a ser enfrentado é fazer com que o partido reconheça e de fato invista nas mulheres como figuras aptas a ocupar posições de destaque e liderança, não apenas para cumprir cota, mas para concorrerem com o objetivo firme de serem eleitas.

Dentro desse contexto da inserção da mulher na política partidária, a principal dificuldade para a mobilização delas é a “cultura política”, descrita pela entrevistada como a falta de tempo hábil para se dedicar, que está diretamente relacionada com a carga de trabalho das mulheres sendo muito alta, dentro e, principalmente, fora de suas atividades profissionais, como as atividades domésticas, maternais e conjugais.

Com sua trajetória, busca servir de inspiração para as novas gerações e por isso trabalha com palestras em escolas para compartilhar suas experiências e conhecimentos.

Migrou para o PSDB, pois o PROS era um partido muito pequeno, e fez essa migração a convite do ex-governador Reinaldo Azambuja, e em busca de melhores condições e apoio para sua candidatura, e em 2020 ingressou no Republicanos.

Voltando ao tema das dificuldades enfrentadas em suas campanhas eleitorais, ela ressalta como as condições são mais difíceis para as mulheres, como por exemplo o acúmulo de afazeres profissionais e domésticos, a necessidade de continuar trabalhando durante a campanha também é um obstáculo relevante, assim como a falta de recursos partidários, que são escassos e muitas vezes quase inexistentes, quando há, ainda correm o risco de receber tal investimento na última hora, o que prejudica até mesmo a imagem do candidato, que tem a necessidade de fazer compromissos financeiros para a campanha, contando com esses recursos que foram prometidos, mas acabam nessa incerteza do acesso ao dinheiro para que possam honrar esses compromissos. Esse tipo de situação acomete também outras mulheres, de acordo com relações dentro da política, e não apenas a entrevistada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As falas das mulheres entrevistadas ilustram as desigualdades expostas nos dados quantitativos apresentados na seção anterior. Os temas se repetem e se reforçam: o peso das exigências pessoais e familiares e, ligado a isso, a falta de tempo para se dedicarem à

política; a falta de espaço nos partidos; a escassez de recursos, financeiros finalmente; a vinculação a certas organizações que ajudaram a diminuir a desigualdade.

Com exceção da entrevistada 3, filiada a um partido político há décadas e atuante em atividades sindicais desde a juventude, as três outras candidatas entraram para a vida político-partidária bem mais tarde em sua trajetória profissional, quando já tinha consolidado uma condição pessoal que lhes permitisse se dedicar mais à política. O peso dos afazeres domésticos aparece também em algumas falas.

A falta de espaço no partido é acentuado por todas as entrevistadas, exceto a primeira. Mesmo quando a Entrevistada 2 colocou-se como uma pessoa que encarava a candidatura seriamente, seu interlocutor partidário a tratou com atitude desdenhosa. A Entrevista 4 migrou mais de uma vez de partido também por não conseguir ter apoios e espaços suficientes.

O fator financeiro aparece na fala de todas as mulheres entrevistadas. Não apenas a diferença entre homens e mulheres, mas também entre as mulheres umas com as outras. Conforme elas estejam mais próximas ou mais distantes dos homens que controlam os partidos, elas obtêm mais ou menos recursos. A desigualdade de distribuição de recursos entre as mulheres dos partidos aparece principalmente nas falas das Entrevistadas 1 e 2, sendo que essa segunda entrevistada resume o problema: "Fundamental da estratégia é você ter recurso, não é? Infelizmente, acaba que é isso."

Por fim, não se pode desprezar a força de organizações da sociedade civil e/ou do meio profissional como suporte para os passos iniciais das carreiras políticas. Todas as candidatas tiveram experiências anteriores de atuação sindical e/ou em organizações, públicas ou não, voltadas para a mobilização e contato com a população. Isso motivou e oportunizou a elas a se apresentarem ou serem convidadas para ingressar em algum partido político.

Sendo assim, as falas das entrevistadas, bem como os dados apresentados, reforçam que as principais barreiras às carreiras políticas das mulheres são sempre mais ou menos as mesmas: falta de tempo por exigências domésticas e/ou profissionais, falta de espaço e pouco investimento partidário, contar ou não com apoios na sociedade civil.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, v. 51, p. 895-939, 2008.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, p. 193-215, 2005.

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme. Mulheres na elite partidária brasileira: uma análise. *Newsletter do Observatório das Elites Sociais e Políticas no Brasil (UFPR)*, v. 2, n. 10, agosto de 2015.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 35, 2009.

SENADO FEDERAL. **Mulheres na política**: retrato da sub-representação feminina no poder. Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2016.

ONMP (Observatório Nacional de Mulheres na Política). **Estudo sobre o cumprimento da cota de participação feminina nas Eleições Municipais de 2024 por partidos e federações**. Brasília: Câmara dos Deputados (Secretaria da Mulher), 2024.

SOUZA, Silvia Rita. “As mulheres e a política”. In: **Diálogo e Intercâmbio entre Partidos Políticos y Sociedad Civil em Mercosur**. Fundação Konrad Adenauer, 2008.